

trabalho educativo. Os dados levantados são resultado de 21 respostas (51% do total) de um universo de 41 docentes da unidade de ensino investigada. As abordagens aconteceram entre 26/10/2020 e 19/11/2020, por meio de questionário online. As respostas obtidas foram examinadas utilizando uma técnica de amostragem de estudo não-probabilístico, ou seja, a coleta é baseada em critérios definidos previamente e, ainda que nem todos do universo tenham a mesma chance de ser entrevistados, no final, o trabalho de campo e seu resultado são representados e passíveis de exploração pela amostra.

Resultados e Discussão

O PDE é um plano executivo que promove uma transformação substantiva na avaliação da Educação Básica, estabelecendo conexões entre avaliação, financiamento e gestão. Isto suscita a adoção do conceito de “*responsabilização*” prevista no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A Escola investigada está localizada no bairro Pilar, 2º Distrito do município de Duque de Caxias. Embora seja área urbana, compõe um contexto de extrema pobreza e abandono por parte do setor público. Esta unidade de ensino oferta o Ensino Fundamental. Atualmente, possui 66 funcionários, sendo 41 docentes e 25 profissionais de apoio da gestão escolar. Os docentes se dividem da seguinte forma: 15 docentes de primeiro segmento (áreas integradas), 22 docentes de segundo segmento (6º ao 9º ano), 2 orientadoras educacionais, 1 orientadora pedagógica e 1 diretora. A escola oferta três turnos (manhã, tarde e noite) e tem em média, 800 matrículas/ano.

Supostamente, as AELEs têm o objetivo de fornecer informações sobre o desempenho e resultados dos sistemas educativos para a sociedade, em especial os gestores educacionais e família dos estudantes, dentre outras. Essa justificativa busca construir o consenso em torno do ranqueamento das instituições por meio dos resultados obtidos como produto do processo ensino *versus* aprendizagem. Estas avaliações também ganham destaque na formulação de políticas públicas e fornecem subsídios para tomada de decisão em diversas ações e políticas educacionais. Desta forma, a dimensão regulatória do Estado estabelece intervenções na educação amparada na crença da AELE como veículo de progresso e prática favorável na aquisição de uma educação qualitativa.

A análise desenvolvida se baseia, ainda, na perspectiva de que a sociedade atual é marcada pelo conflito de classes, inerente ao modo capitalista de produção e reprodução social da vida material, o que determina o dualismo educacional. Por isso, entendemos que existe duas concepções básicas de formação humana: uma, voltado para a burguesia manter sua hegemonia e sua condição dominante sobre a classe trabalhadora; e outra, que tem o propósito de preparar a classe trabalhadora para se apropriar da ciência, da tecnologia e da cultura para atuar produtivamente e para compreender sua própria existência de forma autônoma. Segundo Fernandes (1989, p. 243),

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação

exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção.

Todavia, tem sido hegemônica a perspectiva em que a educação disponibilizada para a classe trabalhadora serve aos interesses da burguesia, não oferecendo alternativas concretas de formação humana, a não ser aquela que irá treiná-la para o mercado de trabalho, sem perspectivas de mobilidade social.

Os resultados obtidos neste estudo de caso indicam que os docentes têm o seu campo de atuação modificado pelas avaliações externas, pois eles trabalham com sobrecarga de tarefas a serem desempenhadas, delineando, assim, uma nova lógica no seu ofício; em vistas dos resultados obtidos, evidenciando o poder de coerção combinado com persuasão que os testes de rendimento impõem aos profissionais de educação. Quanto à finalidade do SAEB, 80% dos docentes entrevistados acreditam que essa Avaliação em Larga Escala cumpre a função de coletar e classificar o desempenho dos alunos e, 42,9% acreditam, ainda, que o SAEB é um instrumento coercitivo do Estado Avaliador. Porém, na pergunta seguinte: “Se fosse necessário explicar aos pais e responsáveis o que é o SAEB, como você a definiria?” os docentes se contradisseram, definindo o exame apenas como um instrumento que objetiva mensurar a qualidade da aprendizagem de seus educandos. Para 20% dos entrevistados o SAEB analisa ainda o desempenho dos professores e verifica o cumprimento da Base nacional Comum Curricular (BNCC).

Notamos que o SAEB é um tema controverso, sendo ao mesmo tempo do interesse do público leigo (família e sociedade em geral) e de áreas de conhecimento especializadas (educação, didática, psicologia, sociologia, antropologia, administração pública e filosofia), embora suas finalidades sejam bem definidas nos pressupostos legais.

Conclusão

Em relação à atuação docente e ao reflexo do SAEB em seu trabalho pedagógico, concluímos que a autonomia pedagógica é sequestrada, de modo a enrijecer os currículos, tirando dos docentes a liberdade de experimentar e criar sua prática. Por fim, concluímos que a noção de educação como direito social é reduzida à condição de mercadoria pela Avaliação Educacional em Larga Escala, administrada sob a lógica produtivista e sob o pressuposto de padrões diferenciados de qualidade de ensino. Ainda que os professores reconheçam os mecanismos que ratificam esta tendência, encontram-se subordinados a uma política cruel de conformação onde os testes de rendimento aplicados aos seus alunos, tendem a ser vistos como delimitadores do valor do conhecimento.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala -SAEB – Trabalho Docente – Política Educacional.

Referências

CASTRO, M. H. G. Projeto nacional: o papel da avaliação da educação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 16 a 18 de outubro de 1995. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1996. P. 14.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo. Editora Cortez (autores associados), 1989.

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (organizadora). **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior**: glossário. Rio de Janeiro: Publit, 2017.p.54-58.